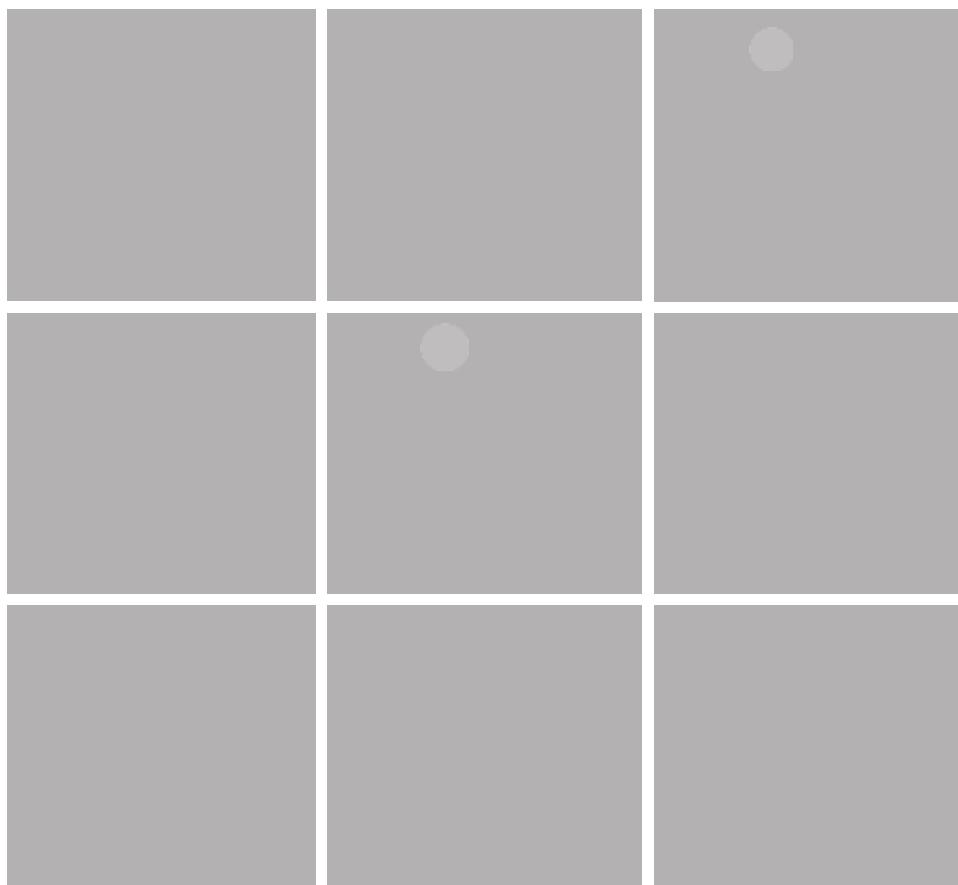


Relatório de Aluno do **Atendimento Educacional Especializado**

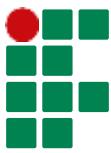


REGINA MARIA DA SILVA
ROBSON MALACARNE

Relatório de Aluno do **Atendimento Educacional Especializado**



REGINA MARIA DA SILVA
ROBSON MALACARNE



**INSTITUTO
FEDERAL**
Espírito Santo

Campus
Vitória



PPGEH
Programa de Pós-Graduação
em Ensino de Humanidades
Instituto Federal do Espírito Santo

Mestrado Profissional em
Ensino de Humanidades - PPGEH

Produto Educacional

*Relatório de Aluno do Atendimento
Educacional Especializado*

Vitória - 2024

Realização

Ifes - Campus Vitória

Programa de Pós-Graduação em Ensino
de Humanidades

Copyright @ 2024 by Instituto Federal do
Espírito Santo

Todos os direitos reservados. É permitida
a reprodução parcial desta obra, desde
que citada a fonte.

O conteúdo dos textos é de inteira
responsabilidade dos respectivos
autores.

Revisão de textos: Regina Maria da Silva
e Robson Malacarne

Capa, projeto gráfico e diagramação:
Clauber Nascimento da Silva e

Regina Maria da Silva

Imagens: freepik.com

Instituto Federal do Espírito Santo

Jadir José Pela
Reitor

Adriana Piontkovsky Barcellos
Pró-Reitora de Ensino
André Romero da Silva
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Renato Tannure Rotta de Almeida
Pró-Reitor de Extensão e Produção

Lezi José Ferreira
Pró-Reitor de Administração e Orçamento

Luciano de Oliveira Toledo
Pró-Reitor de Desenvolvimento
Institucional

Hudson Luis Côgo
Diretor Geral do Ifes - Campus Vitória

Luciano Lessa Lorenzoni
Diretor de Ensino

André Gustavo de Sousa Galdino
Diretor de Pesquisa e Pós- Graduação

Telma Carolina Smith
Diretora de Extensão

Roseni da Costa Silva Pratti
Diretora de Administração

Nelson Martinelli Filho
Coordenador do PPGEH

[ficha catalográfica aqui](#)

Descrição Técnica do Produto

Nível de Ensino a que se destina o produto:	Cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, na Rede de Educação Profissional e Tecnológica. Educação Básica.
Área de Conhecimento:	Ensino
Público-Alvo:	Gestores, professores e profissionais da educação Educação Especializada
Categoria deste produto:	Didática
Finalidade:	Contribuir com a elaboração de relatório no desenvolvimento das práticas pedagógicas de profissionais que atendem o público-alvo da Educação Especial
Organização do Produto:	O produto se encontra dividido em seis capítulos que dialogam com fundamentos da Educação Especial Inclusiva
Registro do Produto:	Biblioteca Nilo Peçanha do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Ifes - Campus Vitória
Disponibilidade:	Irrestrita, mantendo-se o respeito à autoria do produto, não sendo permitido uso comercial por terceiros
Divulgação:	Meio digital
URL:	Disponível no site do PPGEH: ppgeh.vitoria.ifes.edu.br
Idioma:	Português
Local:	Vitória - ES, Brasil
Ano:	2024
Impacto Médio:	Produto destinado a gestores, professores e profissionais que atuam com alunos público-alvo da Educação Especial, inclusiva que precisam fazer relatório na educação básica e/ou no ensino superior.
Origem do Produto:	Trabalho de Dissertação intitulado Análise de Relatório de Discente com deficiência do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE , desenvolvido no Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo

Sobre os autores



Regina Maria da Silva

Mestra no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades no Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes - Campus Vitória. Pedagoga, Licenciada em Educação Especial e Normal Superior. Lato Sensu em Educação Especial e Inclusiva, Lato-Sensu em Gestão, Inspeção, Orientação e Supervisão Escolar. Possui experiência profissional como Especialista em Educação Básica (2010-2024). Foi Bolsista, Professora Mediadora no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor/Ifes) Programa Universidade Aberta Capixaba (UnAC-Ifes), do Sistema UniversidadES, na disciplina Atendimento Educacional Especializado. Atuou como professora no Ifes-Campus Piúma(2019-2021), como professora colaboradora no trabalho de conclusão de curso no Instituto Federal do Amazonas (2021/2022) e como professora nos cursos de Pós-Graduação no Instituto Federal do Sul de Minas Gerais - Campus Muzambinho (2013-2015), além de coordenadora e professora no curso Normal em Nível Médio pela Secretaria Estadual de Educação de MG (2009-2014).



Prof. Dr. Robson Malacarne

Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes (1999-2004) com especialização em Gestão de Pessoas pela Ufes (2003-2005) e Adolescência e Juventudes no Mundo contemporâneo pela Faculdade Jesuítica de Filosofia e Teologia (2006-2008). Mestre em Administração na Fucape - ES (2008-2010). Doutor em Administração pela Mackenzie (2011- 2015).

Pesquisa de Pós-Doutorado sobre Desconstrução e Desenvolvimento Sustentável na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2018-2019). É Professor Efetivo do Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes - Campus Viana, onde leciona as seguintes disciplinas: Administração Contemporânea, Gestão da Qualidade, Marketing Logístico. Coordenador de Pós-graduação e Extensão, Coordenador do Núcleo de Arte e Cultura do Ifes - Campus Viana. Coordenador dos Projetos de Extensão da Agência de Economia Criativa Experimental. Co-Líder do Grupo Desconstrução, Extensão e Pesquisa em Economia Criativa e Sustentabilidade - Poiein, Co-Líder do Grupo de pesquisa Logística e Administração Contemporânea. Pesquisador do Grupo de Es-

tudos, Pesquisa e Extensão em Sociedade e Emancipação - Gepese. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades - PPGEH. Além disso, é associado a Agência de Desenvolvimento Social Jovem - Adesjovem e ao Observatório Capixaba de Juventude, desenvolvendo projetos de empreendedorismo, audiovisual, arte, cultura, inovação e desenvolvimento local.

“A aprendizagem é um processo complexo, o qual articula dimensões cognitivas, afetivas e sociais. Trata-se de processo interno do sujeito, movimentando-o para a apropriação do conhecimento. Isso implica a transformação tanto do aluno quanto do objeto a ser conhecido. Portanto a avaliação da aprendizagem requer atenção para a organização do ambiente, das relações sociais estabelecidas no ensino e das ações intencionais do professor na elaboração do trabalho didático” (Anache, Rezende, 2016).

Sumário

Apresentação.....	8
Capítulo 1 - Reflexões: da exclusão à inclusão	10
Capítulo 2 - A importância do trabalho colaborativo no processo de inclusão escolar	12
Capítulo 3 - Práticas docentes colaborativas	16
Capítulo 4 - A docência, a sala de aula e a inclusão	21
Capítulo 5 - Desafios: atuação de alunos com deficiência	24
Capítulo 6 - O relatório do atendimento educacional especializado	28
Considerações finais.....	32
Referências bibliográficas	33
Anexo 1 - Relatório de Aluno	36
Anexo 2 - Avaliação do Produto Educacional.....	40

Apresentação

Este e-book foi pensado com muito carinho, pois foi idealizado a partir de uma somatória de dezesseis anos de trabalho junto à diversidade de alunos público-alvo da Educação Especial e, ainda, por acreditar que atravessar diversas histórias - Mineiras, Capixabas, Paulistas - seria uma grande oportunidade de abertura para o conhecimento e também para a formação continuada. Assim, foi possível a realização deste Mestrado Profissional, inserido no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH), do Instituto Federal do Espírito Santo, na Linha de Pesquisa Práticas Educativas em Ensino de Humanidades, e sob o tema da pesquisa: *Análise de relatório de discente com deficiência do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE*. Diante disso, deixamos este e-book como forma de gratidão e resultado do aprendizado de tudo que vivenciamos durante a pesquisa, principalmente com os entraves diante do conturbado período da pandemia de Covid-19. Esperamos que nosso relatório de atendimento especializado possa

contribuir com as práticas de trabalho de outros profissionais da educação e que até mesmo você, que está lendo este material, possa elaborar um relatório melhor para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em seu contexto de atuação.

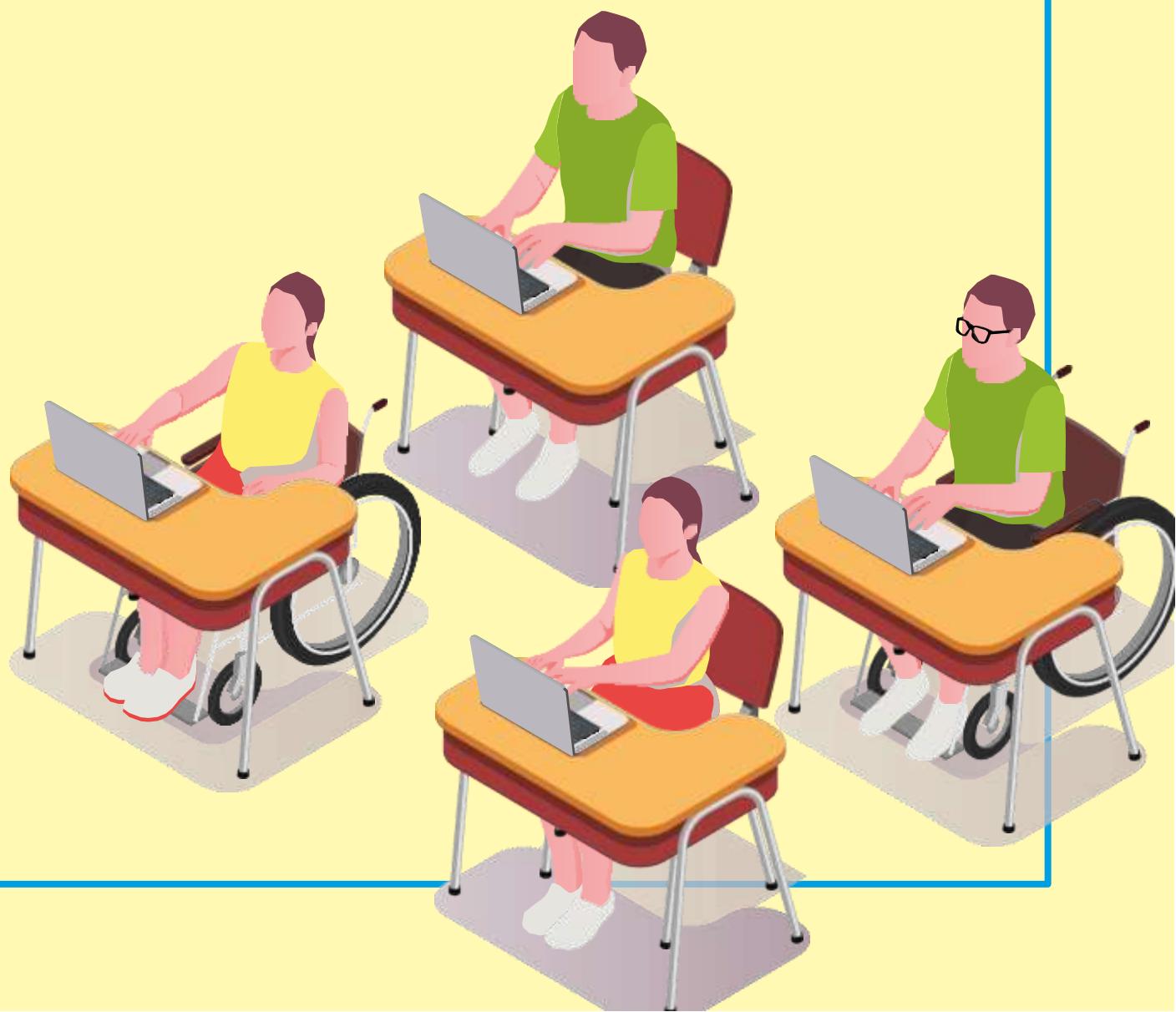
Agradeço ao Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Piúma, pela oportunidade de trabalhar junto aos profissionais da instituição, pois, sem a colaboração no desenvolvimento da pesquisa, este trabalho seria inviável.

Um agradecimento em especial à Equipe do Napne, por todo o processo que iniciou a partir do meu trabalho e do aprendizado que me trouxe até aqui.

À bibliotecária, Ana Miller, minha amiga e participante ativa dos processos para a concretização deste trabalho, minha sincera gratidão.

CAPÍTULO 1

Reflexões: da exclusão à inclusão



Da Idade Média aos dias atuais



Em determinado momento da história da humanidade, os deficientes foram compreendidos como indignos, excluídos, vistos como doentes e incapazes de aprender. Na Idade Média, essas pessoas eram pessoas perseguidas, executadas, enforcadas, afogadas e queimadas em praça pública por serem consideradas aquelas que “possuíam um demônio no corpo”.



A partir do **século XX** começa a se a pensar em abrigar as pessoas com deficiências nas instituições de acolhimento com regime de internato (fase de segregação), sendo esses considerados os primeiros avanços. Porém, ainda assim, essas pessoas eram excluídas pela sociedade, até mesmo no seio familiar. Apenas Igrejas católicas e instituições filantrópicas, por exemplo, eram lugares que frequentemente funcionavam como abrigos.



Entretanto, as pessoas com deficiência costumavam ser “depositadas” nestes locais, que eram realmente espécies de depósitos de pessoas, já que não existia interesse de incluir os deficientes na sociedade

No **século XXI** se inicia a fase de integração, em que os deficientes, as crianças e os jovens começaram a ser encaminhados para as

escolas regulares em contraturno, escolas de ensino especializados, porém, tão somente, os alunos que se aproximavam de um padrão de normalidadee ainda precisavam se adaptar no ambiente escolar. Nessa conjuntura, havia um discurso muito bonito de que os alunos da inclusão precisavam aprender, mas, na prática, eram esquecidos em sala de aula, sem nenhuma preocupação para a aprendizagem. (Michels, 2017)

CAPÍTULO 2

A importância do trabalho colaborativo no processo de inclusão escolar



O trabalho colaborativo: professor da sala comum e o professor especializado

A colaboração entre professores do ensino comum e especialistas em Educação Especial, como destacado por Santos, Rodrigues e Mesquita (2021), desempenha um papel fundamental na construção de uma cultura inclusiva dentro das escolas. Esta parceria permite que a instituição adote uma abordagem que seja receptiva às necessidades individuais dos alunos com deficiência, possibilitando a superação das barreiras que historicamente limitaram sua participação na vida escolar.

Bittencourt e Prado (2019) enfatizam a importância da comunicação clara e constante entre os profissionais envolvidos para que a colaboração entre eles seja eficaz. Esta comunicação deve ser incentivada tanto dentro quanto fora da sala de aula, visando a coordenação e o alinhamento de esforços em prol do desenvolvimento pleno dos estudantes.

De acordo com Mascaro e Redig (2021), o ensino colaborativo é definido como a integração entre professores do ensino regular e da educação especial no planejamento, execução e avaliação das atividades pedagógicas destinadas a toda a turma. No entanto, a autora relata ter conduzido uma atividade na qual as crianças colaboraram entre si. Essa estratégia envolve o desenvolvimento de habilidades sociais, que pode resultar de uma intenção de trabalho colaborativo, mas não necessariamente reflete uma colaboração sistemática entre os professores ou uma abordagem colaborativa planejada e estruturada.

O planejamento colaborativo, como mencionado por Mariano, Bezerra e Labas (2023), é outro aspecto crucial para o sucesso do ensino colaborativo. Ao trabalharem juntos na elaboração e na avaliação das atividades pedagógicas, os professores têm a oportunidade de considerar as necessidades individuais dos alunos, adaptando o ensino para atender a uma variedade de estilos de aprendizagem.



Os estudos nacionais ressaltam a relevância da parceria entre os profissionais da educação para a promoção da inclusão escolar, enfatizando tanto a comunicação clara e frequente quanto o planejamento colaborativo como elementos essenciais para uma cultura inclusiva na escola (Bezerra e Labas, 2023). Dantas, Silva Junior e Diniz (2023) destacam que o ensino colaborativo não apenas se revela como uma estratégia eficaz, mas também se apresenta como uma abordagem essencial para uma educação inclusiva de qualidade.

A integração entre professores da sala de aula e profissionais especializados possibilita a criação de um ambiente onde cada aluno é valorizado, respeitado e apoiado em seu processo de aprendizagem. Esta colaboração não apenas impulsiona o sucesso acadêmico, mas também contribui para a formação de indivíduos mais conscientes, empáticos e preparados para enfrentar os desafios da sociedade diversificada em que vivemos. Portanto, é crucial que as instituições educacionais continuem a investir na promoção e fortalecimento dessa abordagem colaborativa, visando uma educação mais inclusiva e equitativa para todos. Sugerem, ainda, a necessidade de pesquisas de ação com o propósito de verificar empiricamente os benefícios do ensino colaborativo.



CAPÍTULO 3

Práticas docentes colaborativas



Buss e Giacomazzo (2019) identificam diversas barreiras que precisam ser superadas para que as práticas de coensino sejam efetivas, tais como o planejamento fragmentado, a relutância em trabalhar em equipe, a falta de conexão entre os profissionais, a discrepância nos tempos e espaços destinados ao planejamento, a falta de suporte da gestão, o desconhecimento das atribuições de cada profissional no coensino e a falta de compreensão das necessidades do outro.

A partir desse contexto, percebe-se que a cooperação no ensino colaborativo é fundamentada em diversos princípios, e o relacionamento entre os profissionais envolvidos resulta em uma variedade de consequências que podem ser vantajosas para o progresso dos alunos. Sennett (2020) enfatiza que a prática conjunta "nos permite escolher o tipo de cooperação que desejamos, determinar os termos da troca e como iremos cooperar. Consequentemente, a liberdade passa a ser parte da experiência da cooperação". Para Sennett (2020), a cooperação é inerente ao ser

humano, sendo uma ferramenta utilizada para alcançar objetivos que não podem ser alcançados individualmente. Nesse contexto, é evidente que os profissionais da educação especial e do ensino regular reconhecem a utilidade das atitudes colaborativas, porém precisam explorar melhor suas relações entre si para que surjam mais oportunidades de cooperação. As dificuldades encontradas na cooperação estão intimamente ligadas aos obstáculos impostos pela estrutura organizacional e à comunicação entre os profissionais, como evidenciado na percepção dos professores do ensino regular em relação aos colegas da educação especial (Casal; Fragoso, 2019). Nos contextos educacionais atuais, é observável que as práticas colaborativas são mais frequentemente propostas e implementadas nas turmas que incluem alunos matriculados na Educação Especial. Dessa forma, para os sujeitos da Educação Especial, a convivência natural com seus colegas implica na oferta de práticas pedagógicas que atendam às suas necessidades educativas, ao mesmo tempo em que promovem reorganizações estruturais por meio da interação com os demais colegas. Portanto, a colaboração entre o ensino regular e a Educação Especial se mostra como uma estratégia poderosa para esse fim (Koning; Bridi, 2019).

Embora possa ser desafiador conciliar ideias, especialmente quando as posições são divergentes, manter uma postura de abertura, identificada por Sennett (2020) como empatia, pode facilitar a construção de soluções coletivas. É importante destacar que, nesse processo de diálogo, cada professor, com sua bagagem



de formação, contribui de maneira significativa para o trabalho colaborativo. Na atual configuração dos sistemas educacionais, com um número limitado de professores de Educação Especial atuando, muitas vezes apenas um por escola, a implementação do Ensino Colaborativo se torna um desafio significativo (Koning; Bridi, 2019). Como observado, a introdução do trabalho colaborativo apresenta desafios consideráveis, uma vez que requer várias modificações nos métodos de planejamento e ensino. É essencial que o tempo dedicado pelos professores para coordenar o trabalho colaborativo seja reservado durante o horário de trabalho, e não em momentos dispersos e desorganizados. Além disso, a gestão escolar precisa monitorar de perto o trabalho realizado em sala de aula para identificar as necessidades dos docentes (Walker; Graff, 2022).

Malacarne (2021), por questões como estas, discorre das “competências” a serem desenvolvidas por sujeitos, grupos e organizações com intuito de alcançar uma sociedade sustentável, tais como: visão de futuro, desenvolvimento de pensamento crítico e reflexivo, pensamento sistêmico, construção de parcerias e participação na tomada de decisões. Entretanto, às iniciativas governamentais, que subentendido, o desenvolvimento brasileiro, a partir das políticas ao público da inclusão, se deu inicialmente por uma “suposta inclusão escolar”.

Conforme Vianna et al. (2019), “os docentes envolvidos em práticas colaborativas necessitam de liberdade e autonomia para orientar o processo de ensino”. Nesse contexto, cabe à equipe gestora garantir essa liberdade de planejamento e orientação do trabalho pedagógico. Isso pode exigir mudanças estruturais ou materiais em alguns casos, mas, na maioria das vezes, são mudanças de atitude que influenciam positiva ou negativamente o trabalho pedagógico.

Segundo Koning e Bridi (2019), os professores participantes das pesquisas por elas conduzidas não mencionam orientações específicas sobre o trabalho colaborativo.

Elas observam que, apesar de indicarem um acompanhamento na organização das práticas pedagógicas voltadas para a Educação Especial, os discursos das professoras não abordam diretrizes mais detalhadas sobre a implementação do trabalho colaborativo.

A partir desse contexto, evidencia-se a dificuldade dos professores em adaptar suas abordagens para uma perspectiva colaborativa, refletindo uma falta de formação nesse sentido. Conforme ressaltado por Sennett (2020), o desenvolvimento da capacidade de escuta e a promoção de uma cooperação dialógica são essenciais para a organização do trabalho nessa perspectiva.

Para que as práticas colaborativas tenham êxito, é esperado que as relações entre professores do ensino comum e profissionais de apoio escolar evoluam para um estágio colaborativo. Além disso, é crucial que esses profissionais recebam o suporte necessário para desempenhar suas funções de maneira eficaz. Para alcançar esse estágio, são necessárias diversas condições, como mencionado anteriormente, porém os ambientes educacionais devem iniciar esse processo através da aproximação entre os profissionais envolvidos (Walker; Graff, 2022).



CAPÍTULO 4

A docência, a sala de aula e a inclusão



A docência, a sala de aula e a inclusão

A docência, a sala de aula e a inclusão são temas intrinsecamente interligados no contexto educacional contemporâneo. A busca por práticas inclusivas que garantam a participação plena de todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais, tem sido objeto de estudo e reflexão por parte de diversos pesquisadores. O ensino colaborativo emerge como uma importante estratégia para promover a inclusão desses alunos na educação básica. Bezer-

ra e Labas (2019) destacam o papel do ensino colaborativo como instrumento fundamental para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), ressaltando a importância da colaboração entre professores para o sucesso desse processo. Bittencourt e Prado (2019) apresentam um relato de experiência que evidencia o ensino colaborativo como uma estratégia eficaz para



a inclusão escolar, destacando os benefícios dessa abordagem para o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos. O trabalho colaborativo entre professores do ensino regular e da educação especial também é abordado por Casal e Fragoso (2019), que ressaltam a importância dessa parceria na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade.

Dantas, Silva Junior e Diniz (2023) discutem estratégias eficazes de colaboração entre professores da sala de aula comum e profissionais especializados, destacando a importância do ensino colaborativo para atender às necessidades individuais dos alunos. Além disso, diversos estudos como o de König e Bridi (2019) e Mariano et al. (2019) evidenciam os efeitos positivos do ensino colaborativo na gestão das práticas pedagógicas e na inclusão de alunos com autismo. A colaboração entre professores comuns e especialistas em educação especial é apontada como uma possibilidade para a inclusão escolar por Santos, Rodrigues e Mesquita (2021), enfatizando a importância do trabalho conjunto para o sucesso da inclusão. Nesse contexto, as reflexões de Sennett (2020) sobre os rituais, prazeres e políticas de cooperação ganham relevância, destacando a importância da colaboração e da cooperação para o sucesso das práticas inclusivas na educação.

Em suma, a promoção da inclusão escolar sob o viés do ensino colaborativo requer não apenas a implementação de práticas pedagógicas inovadoras, mas também o estabelecimento de parcerias e a colaboração entre todos os agentes educacionais envolvidos. Essa abordagem colaborativa é essencial para garantir uma educação de qualidade e para promover o pleno desenvolvimento de todos os alunos.



CAPÍTULO 5

Desafios: atuação de alunos com deficiência



Freitas, Demoly e Freitas (2020) explicam que a inclusão escolar é um conceito teórico e prático que visa principalmente ao avanço educacional, promovendo a participação plena e valorizando todos os membros da comunidade escolar. No entanto, apesar da luta contínua pela igualdade de direitos, os recursos dedicados à capacitação dos professores do ensino regular são insuficientes.

Por outro lado, Ramos e Fernandez (2020) destacam que a compreensão da educação inclusiva entre os profissionais docentes muitas vezes é equivocada, associada a sentimentos como amor, carinho e frustração, em vez de focar no desenvolvimento de competências e na promoção de práticas educacionais eficazes. Essa visão emocional pode resultar em abordagens educacionais deficientes, voltadas para a reabilitação ou a caridade, em vez de um modelo verdadeiramente inclusivo e educativo. A falta de formação contínua para lidar com a educação inclusiva representa um dos principais obstáculos, como aponta Camargo (2020). Isso significa que os professores não recebem a preparação adequada para atender às necessidades dos alunos com deficiência, e muitas escolas não possuem estrutura física adaptada para recebê-los.

Amaral e Shaw (2020), em um estudo qualitativo com entrevistas realizadas com mãe, professora e coordenadora pedagógica de um aluno autista, destacaram a falta de preparo dos professores para lidar com autistas como um desafio para sua inclusão. Além disso, observaram que

o processo de ensino e aprendizagem em salas regulares é desafiador, pois muitas vezes não considera as necessidades específicas dos alunos autistas e há escassez de recursos materiais adequados. Esses desafios estão associados à falta de apoio governamental para a inclusão de alunos com deficiências.

Cerqueira-Neto et al. (2021), em um estudo realizado na cidade de Novo Triunfo, considerada a mais pobre do Brasil, ressaltam a falta de apoio do governo, que se reflete no processo de identificação de alunos com deficiências. A precariedade da assistência à saúde nesse município, com falta de hospitais, especialistas e postos de saúde, contribui para diagnósticos tardios, impactando negativamente o desenvolvimento intelectual das crianças. Gouveia e Chaves (2020) sugerem que uma das maneiras de promover a inclusão é adotar estratégias pedagógicas diferenciadas, experiências colaborativas e transformações cotidianas. Eles enfatizam a importância de uma inclusão plena, baseada no respeito, igualdade de direitos e condições adequadas, além da preparação de profissionais capacitados para atender às necessidades dos alunos.

A relação entre família e comunidade escolar também é destacada como fundamental. Silva, Miranda e Bordas (2021) apontam para a falta de colaboração entre as diferentes esferas da sociedade no processo de inclusão total, ressaltando a necessidade de cooperação entre alunos, famílias, professores, gestores e demais funcionários escolares. Eles destacam a importância de valorizar o trabalho dos professores de AEE sem sobrecarregá-los com a responsabilidade exclusiva pelo progresso dos alunos com necessidades especiais.

Carvalho e Shaw (2021) investigaram a interação entre família, escola e especialistas no processo de inclusão de crianças autistas em Campo Formoso-BA. Identificaram uma precária colaboração entre os especialistas, educadores e familiares, resultando na falta de planejamento con-

junto para atender às necessidades dos alunos com deficiências. Essa falta de colaboração dificultou o desenvolvimento de estratégias eficazes para apoiar o progresso das alunos com deficiências. No contexto da educação inclusiva, a atuação com alunos com deficiências enfrenta uma série de desafios complexos que demandam uma abordagem integrada e orientada para o desenvolvimento profissional dos educadores.

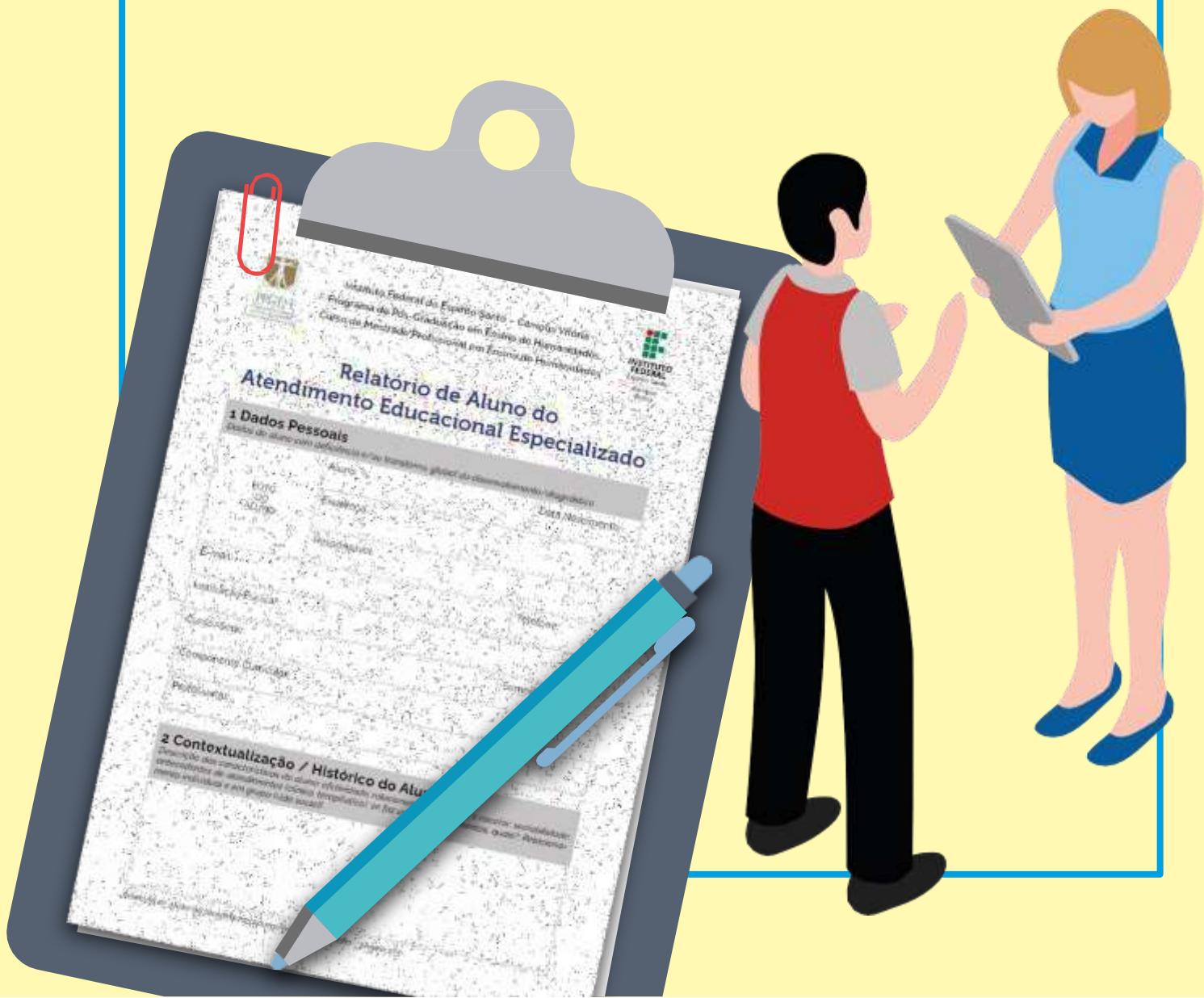
A pesquisa de Camargo et al. (2020) destaca que o processo de escolarização de crianças com autismo apresenta desafios específicos, como a necessidade de diretrizes claras para a formação continuada dos professores, a fim de melhor atender às necessidades desses alunos e garantir seu pleno desenvolvimento acadêmico e social. Além disso, a intersecção entre educação inclusiva e saúde mental emerge como um aspecto relevante no contexto educacional. Freitas, Demoly e Freitas (2020) ressaltam a importância da construção de uma rede de saberes entre profissionais da educação e da saúde para promover o cuidado e a aprendizagem integral dos alunos com deficiências, considerando as dimensões físicas e emocionais envolvidas no processo educativo.

Outro aspecto crucial é a reflexão sobre a identidade docente e os significados da educação inclusiva. Conforme observado por Ramos e Fernandez (2020), compreender os desafios enfrentados pelos professores e as nuances da educação inclusiva em diferentes contextos é fundamental para uma prática efetiva. Essa compreensão permite a adoção de estratégias mais adequadas e sensíveis às necessidades dos alunos com deficiências.



CAPÍTULO 6

O relatório do atendimento educacional especializado



A importância do relatório do atendimento educacional especializado

O atendimento educacional especializado (AEE) desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e no desenvolvimento educacional de alunos com necessidades especiais. Santana e Teixeira (2022) destacam a relevância desse serviço, especialmente em escolas públicas, onde sua implementação é essencial para garantir o acesso equitativo à educação. Por meio do AEE, é possível oferecer suporte individualizado, adaptado às necessidades específicas de cada aluno, contribuindo para seu pleno desenvolvimento acadêmico e social.

No contexto do ensino de ciências, Santos (2023) ressalta a importância do AEE como uma ferramenta para promover a inclusão de alunos com deficiência nessa área do conhecimento. Através de intervenções adequadas e estratégias pedagógicas diferenciadas, o AEE possibilita a participação ativa desses alunos nas atividades escolares, facilitando sua compreensão dos conteúdos científicos

e promovendo sua aprendizagem significativa.

Entretanto, conforme discutido por Corrêa e Rios (2013, *apud* Oliveira, 2020), diante das complexidades avaliativas da educação especial, muitas vezes a má utilização de instrumentos e procedimentos, fundamentados na concepção clínica e medicamentosa, conforme apontamentos em Vigotski (1977), pode resultar em relatórios que se constituem como documentos de controle e regulação dos estudantes avaliados. Essas informações, descritas nos relatórios, podem produzir formas de ser do discente ao estarem centradas apenas no desempenho escolar, apresentando um olhar homogêneo sobre suas peculiaridades, enquanto sujeitos que recebem discursos em relação ao defeito e à imagem do educando com deficiência.

Além disso, Pasian, Mendes e Cia (2019) abordam aspectos relacionados à avaliação dos alunos no AEE da sala de recursos multifuncionais. Eles destacam a importância de uma avaliação criteriosa e contínua para identificar as necessidades individuais dos alunos e orientar o planejamento de intervenções pedagógicas adequadas.

Por estas questões, Cardoso (2016) e Fernandes (2014) compreendem que os relatórios podem proporcionar novos caminhos na revisão das práticas avaliativas dos estudantes com deficiência. Eles abordam a avaliação como um meio para potencializar as situações de aprendizagem dos estudantes e o fazer pedagógico dos docentes, contribuindo para a inclusão.

Brito et al. (2023) realizaram um estudo bibliográfico sobre a importância do AEE para alunos surdos. Suas análises destacam como o AEE pode contribuir significativamente para a promoção da inclusão desses alunos, fornecendo recursos e estratégias específicas para atender às suas necessidades educacionais.

Portanto, é evidente que o AEE desempenha um papel crucial na educação

inclusiva, fornecendo suporte e recursos especializados para alunos com necessidades especiais, seja no contexto geral da educação ou em áreas específicas do conhecimento, como as ciências. Essas práticas promovem não apenas a igualdade de acesso à educação, mas também a efetiva participação e aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas diferenças.

Além disso, a avaliação dos alunos no contexto do AEE é um aspecto crucial a ser considerado. Pasian, Mendes e Cia (2019) destacam a importância de uma avaliação contínua e sistemática, realizada de forma colaborativa entre os profissionais envolvidos, para identificar as necessidades específicas de cada aluno e orientar o planejamento de intervenções educacionais eficazes.

Um estudo bibliográfico realizado por Brito et al. (2023) também enfatiza a relevância do AEE, especialmente para alunos surdos. Esse serviço especializado desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e no apoio ao desenvolvimento acadêmico e linguístico desses alunos, proporcionando-lhes acesso a uma educação de qualidade e igualitária. Em suma, o relatório do atendimento educacional especializado desempenha um papel crucial na promoção da inclusão e no apoio ao desenvolvimento educacional de alunos com necessidades especiais. Através de intervenções individualizadas, estratégias pedagógicas diferenciadas e uma avaliação contínua, o AEE contribui significativamente para a garantia do direito à educação e para o sucesso acadêmico e social desses alunos.

Compreendendo as práticas pedagógicas de inclusão escolar e o suporte no desenvolvimento, a oferta do AEE não se limita apenas às salas de recursos multifuncionais, mas também a instituições de apoio educacional especializado, como centros de serviços de AEE no contraturno do ensino comum. Isso deve ser integrado à proposta pedagógica. Os registros e relatórios deste atendimento contribuem para orientar a equipe de suporte da escola e outros locais de atendimentos especializados nas seguintes formas: I - complementar

à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, ao apoio permanente e limitado no tempo de frequência discentes às salas de recursos multifuncionais; II - suplementar à formação de discentes com altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2011, p. 2).

Conforme discutido, a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, em seu artigo 12, prevê a atuação de professores do Atendimento Educacional Especializado na elaboração e realização do plano de acompanhamento do AEE, analisando a funcionalidade e a aplicabilidade de recursos e serviços nas dimensões pedagógicas e de acessibilidade. Além disso, contempla a confecção de materiais didáticos e pedagógicos que eliminem barreiras, permitindo aos discentes a apropriação do conhecimento de forma que atenda às singularidades de cada sujeito.

Para isso, na definição de estratégias de ensino, mediadas por recursos tecnológicos assistivos e na socialização de informações sobre os discentes, suas famílias e os recursos pedagógicos acessíveis às práticas articuladas do ensino comum e especializado, deve-se garantir o aprendizado e a participação da pessoa com deficiência em todos os ambientes. Nesse contexto, Pletsch e Paiva (2018) mencionam que, embora a legislação faça referência à avaliação biopsicossocial, esta concepção ainda não é plenamente coerente no contexto educacional. Os sistemas de ensino não têm adotado práticas avaliativas que atendam aos princípios da educação inclusiva, sendo os relatórios discentes uma questão a discutir no contexto geral, focando nas habilidades e potencialidades dos alunos em vez de enfatizar suas dificuldades de aprendizagem.

Diante desse cenário, urge uma revisão profunda das práticas avaliativas no ambiente educacional. É essencial que os sistemas de ensino não apenas adotem, mas efetivamente implementem metodologias que promovam uma avaliação verdadeiramente inclusiva e holística, alinhada aos princípios da educação biopsicossocial. Isso implica não apenas considerar as dificuldades de

aprendizagem dos alunos, mas também reconhecer e valorizar suas habilidades e potencialidades individuais. Os relatórios discentes devem ser revistos para que sejam instrumentos que contribuam para o desenvolvimento integral dos estudantes, proporcionando uma visão ampla e equilibrada de seu progresso acadêmico e pessoal. A transformação desse paradigma avaliativo não só fortalecerá a prática educacional, mas também abrirá caminho para uma sociedade mais inclusiva e justa, onde cada indivíduo seja verdadeiramente valorizado por suas contribuições únicas e diversidade de talentos.



Considerações finais

O sistema de ensino brasileiro, em conformidade com a legislação vigente, tem se orientado cada vez mais para a implementação da Educação Inclusiva, buscando não apenas cumprir mandatos legais, mas também proporcionar um ambiente educacional verdadeiramente equitativo e enriquecedor para todos os alunos. Nesse contexto, os serviços especializados oferecidos pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas desempenham um papel crucial. Eles não apenas garantem o acesso à educação para alunos com necessidades específicas, mas também promovem um ambiente onde a diversidade é celebrada e as diferenças são vistas como oportunidades para o crescimento mútuo.

O relatório do AEE não se limita a documentar o suporte oferecido, mas também funciona como um instrumento de reflexão e planejamento estratégico. Ele permite uma análise detalhada das necessidades individuais de cada aluno e orienta a implementação de intervenções pedagógicas personalizadas. Essas intervenções não apenas visam mitigar dificuldades de aprendizagem, mas também potencializar as habilidades únicas de cada aluno, promovendo assim um desenvolvimento acadêmico e social mais completo e satisfatório.

Em um contexto filosófico, a concepção de educação inclusiva transcende a mera adequação curricular; ela envolve uma compreensão profunda das

necessidades holísticas de cada indivíduo, considerando não apenas seus desafios educacionais, mas também suas aspirações e potencialidades. Isso exige dos educadores um compromisso constante com a formação continuada, incentivando a prática reflexiva e a colaboração interdisciplinar. Somente assim é possível não apenas atender, mas também superar os desafios da inclusão escolar, transformando-os em oportunidades de crescimento e aprendizado para toda a comunidade escolar.

Portanto, mais do que um requisito legal, a implementação eficaz da educação inclusiva é um compromisso ético e pedagógico que exige o engajamento de todos os atores envolvidos no processo educacional. É através dessa colaboração e comprometimento que podemos construir escolas verdadeiramente inclusivas, onde cada aluno se sinta valorizado e capacitado a alcançar seu pleno potencial.

Referências bibliográficas

AMARAL, A. S. C.; SHAW, G. S. L. Dificuldades e conquistas no processo ensino-aprendizagem de aluno autista em sala de aula do ensino regular no município de Antônio Gonçalves-Bahia. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 7, n. 15, p. 229-238, 2020.

BEZERRA, E. R.; LABAS, K. O. O ensino colaborativo como instrumento de inclusão de alunos com TEA na educação básica. **Conedu**, ISSN 2358-8829.

BITTENCOURT, I. I. M.; PRADO, M. M. O ensino colaborativo como estratégia para a inclusão escolar: um relato de experiência. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 13, n. 1, p. 1-11, 2019.

BRITO, M. D. O.; PEREIRA, M. C. B.; MIRANDA, L. S.; RIBEIRO, M. J.; SILVA, W. G. S.; MIRANDA, L. S. Um estudo bibliográfico sobre a importância do Atendimento Educacional Especializado - AEE para alunos surdos. **Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 7, p. 276-285, 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 29 set. 2016.

BUSS, B.; GIACOMAZZO, G. F. As Interações Pedagógicas na Perspectiva do Ensino Colaborativo (Coensino): Diálogos com o Segundo Professor de Turma em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 25, n. 4, p. 655-674, 2019.

CAMARGO, S. P. H. et al. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação em Revista**, v. 36, 2020.

CARDOSO, A. P. L. B. Avaliação de alunos com deficiência intelectual no atendimento educacional especializado do município de Fortaleza-CE: diagnóstico, análise e proposições. 2016. 196 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <http://catalogodetes.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 18 abr. 2018.

CARVALHO, S. S.; SHAW, G. S. L. Relação entre família, escola e especialistas no processo de inclusão escolar de crianças autistas no município de Campo Formoso/BA. *Cenas Educacionais*, v. 4, p. e11868, 2021.

CASAL, J. C. V.; FRAGOSO, F. M. R. Trabalho colaborativo entre professores do ensino regular e da educação especial. *Revista Educação Especial*, v. 32, 2019.

CERQUEIRA-NETO, S. P. G.; SILVA, L. T.; MENDES, R. R.; CUNHA, R. A.; OLIVEIRA, J. L. M. Autismo: do reconhecimento à mobilidade pelo território. *Hygeia-Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, v. 17, 2021.

DANTAS, I. S.; SILVA JUNIOR, A. S.; DINIZ, F. G. S. Colaboração entre professor da sala de aula comum e profissional especializado: estratégias eficazes com ensino colaborativo. *Poiesis Pedagógica*, Catalão, vol. 21, e-74624, 2023. ISSN: 2178-4442.

FERNANDES, T. L. G. Capacidades silentes: avaliação educacional diagnóstica de altas habilidades em alunos com surdez. 2014. 271 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2014. Disponível em: <http://catalogodetes.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 18 abr. 2018.

FREITAS, C. M.; DEMOLY, K. R. A.; FREITAS, C. R. Rede de saberes entre educação inclusiva e saúde mental: a produção do cuidado e da aprendizagem na experiência profissional. *Interfaces da Educação*, v. 11, n. 32, p. 271-298, 2020.

GOUVEIA, N. L.; CHAVES, N. P. S. O ensino-aprendizagem das cores e das formas na educação infantil: uma experiência com alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). *Research, Society and Development*, v. 9, n. 8, p. e905985925, 2020.

KÖNING, F. R.; BRIDI, F. R. S. O ensino colaborativo e a gestão das práticas pedagógicas: avaliando efeitos. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 13, n. 1, p. 278-290, 2019.

MALACARNE, R.; BRUNSTEIN, J. Discursos e iniciativas educacionais de desenvolvimento de competências para a sustentabilidade do World Business Council for Sustainable Development. *Organizações & Sociedade*, 2021. DOI: 10.1590/1984-92302021v28n9908pt

MARIANO, M. B. et al. O trabalho colaborativo entre professores do ensino comum e especializado na inclusão de alunos com autismo: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, n. 4, p. 659-674, 2019.

MASCARO, C. A.; REDIG, A. G. Estudantes com deficiência intelectual na escola contemporânea: práticas pedagógicas exitosas. *Revista Teias*, v. 22, n. 66, p. 66-79, ago. 2021. ISSN 1982-0305.

MENDES, E. G.; D'AFFONSECA, S. M. Avaliação do aluno público-alvo da educação especial. In: MENDES, E. G.; CIA, F.; D'AFFONSECA, S. M. (Orgs.) *Inclusão escolar e a avaliação do público alvo da educação especial*. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015, p. 27-50.

MENDES, E. G.; D'AFFONSECA, S. M. Avaliação dos estudantes público alvo da educação especial: perspectiva dos professores. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 31, n. 63, out./dez. 2018, p. 923-937. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 16 jul. 2019.

OLIVEIRA, A. P.; OLIVEIRA, I. A.; RABELO, L. C. C. A avaliação em salas de recursos multifuncionais de escolas da rede municipal de Marabá-Pará. In: MENDES, E. G.; CIA, F.; D'AFFONSECA, S. M. (Orgs.) *Inclusão escolar e a avaliação do público alvo da educação especial*. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015, p. 71-96.

PLETSCH, M. D.; PAIVA, C. Por que as escolas continuam “laudando” alunos com deficiência intelectual? *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 31, n. 63, out./dez. 2018, p. 1039-1054. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 14 nov. 2018.

SANTANA, A. M. N.; TEIXEIRA, V. R. L. A importância de Atendimento Educacional Especializado na Educação Especial em escolas públicas. *Id on Line Revista de Psicologia*, outubro/2022, vol. 16, n. 63, p. 299-313, ISSN: 1981-1179.

PASIAN, M. S.; MENDES, E. G.; CIA, F. Aspectos da avaliação dos alunos no atendimento educacional especializado da sala de recurso multifuncional. *Revista Educação Especial*, v. 32, p. 104, 12 nov. 2019.

RAMOS, P.; FERNANDEZ, E. M. C. Reflexões sobre a identidade docente e os significados da educação inclusiva em Venturosa/PE. *Práticas em Educação Inclusiva no Ensino de Ciências*, p. 62-86. João Pessoa: Editora Ideia, 2021.

RIVERA, A. et al. Autismo, formação docente e práticas pedagógicas: desafios para inclusão escolar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 45, n. 157, p. 408-431, abr./jun. 2015.

ROSA, A. M. S.; MARQUES, J. S. L. F. Representações sociais dos professores da rede pública municipal de Anápolis-Goiás a respeito da inclusão do aluno com autismo no ensino regular. *Temas em Educação e Saúde*, v. 10, n. 2, p. 77-96, jul.-dez. 2014.

SANTOS, J. V. et al. Práticas inclusivas de educação para autistas: desafios e proposições. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 31, n. 63, p. 1005-1022, out./dez. 2018. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 14 nov. 2018.

SILVA, L. S.; FIORINI, L. C.; LIMA, R. G. P. Atendimento educacional especializado: práticas pedagógicas para o desenvolvimento da alfabetização e letramento de alunos com deficiência intelectual. *Revista de Educação da Unisal*, v. 17, p. 167-176, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14690/2317-5125>. Acesso em: 14 mar. 2018.

SILVEIRA, A. M.; ROSA, M. C. Avaliação da sala de recursos multifuncionais no contexto do Atendimento Educacional Especializado: dificuldades e desafios encontrados pelos professores no Município de Marabá-Pará. *Revista Educação Especial*, v. 32, p. 105, 12 nov. 2019.

SILVA, A. S.; SÁ, M. B.; LIMA, L. S. Colaboração no ensino inclusivo: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 28, n. 1, p. 45-61, 2022.

VIANNA, M. M.; MASCARO, C. A. A. de C.; MARETTI, M. M. B.; BRAUN, P. Inclusão escolar sob o viés do ensino colaborativo: uma experiência em três instituições públicas. **Revista E-Mosaicos**, v. 4, nº 7, 2019.

VIGOTSKI, L. S. **Problemas de defectologia**. V.1. Organização, edição, tradução e revisão técnica de Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021. 239 p. ISBN 978-65-5891-025-1.

WALKER, G. C.; GRAFF, P. Práticas colaborativas na educação: uma descrição da literatura atual. **Educação Em Foco**, v. 27, n. 1, e27042, 2022.

ANEXO 1

Relatório de Aluno

Dicas para o preenchimento do relatório

O relatório pode ser facilmente acessado, podendo ser baixado em seu computador ou celular.

É possível editar a qualquer momento, basta clicar nos espaços fornecidos para inserir os dados necessários do discente.

Pode-se adaptar de acordo com a realidade da instituição escolar e melhorar a partir desta sugestão.



Relatório de Aluno do Atendimento Educacional Especializado

1. Dados Pessoais

Dados do aluno com deficiência e/ou transtorno global do desenvolvimento/diagnóstico

FOTO DO ALUNO	Aluno:	Data Nascimento:
	Endereço:	
	Responsável:	
E-mail:		Telefone:
Instituição Escolar:		
Curso/Série:		Semestre:
Componente Curricular:		
Professor(a):		
Data da Elaboração do Relatório: ____ / ____ / ____		

2. Identificação e Diagnóstico:

a) Quais são as necessidades específicas do aluno?

b) Diagnosticado por quais especialistas (nome e área de atuação)?

c) Data do diagnóstico: ____ / ____ / ____

3. Objetivos do Plano Educacional Individualizado (PEI)

a) Quais metas foram definidas para este semestre?

b) Quais adaptações curriculares foram necessárias?

c) Quais estratégias e ferramentas utilizadas?

d) Quais metodologias de ensino foram implementadas?

e) Quais recursos de tecnologia assistiva estão sendo utilizados?

4. O que está funcionando bem para o aluno e o que necessita de ajustes?

5. Avaliação de Desempenho:

a) Quais são as áreas de maior progresso do aluno?

b) Quais são os desafios persistentes? Exemplos de atividades/avaliações onde o aluno demonstrou maior desempenho ou dificuldade.

6. Colaboração entre Professores e Família:

a) Como está sendo a comunicação com os demais professores do curso?

b) Como está a interação e o apoio da família?

c) O que pode ser melhorado na comunicação e colaboração?

7. Impacto das Ações de Inclusão:

a) Que impactos observáveis a inclusão escolar trouxe para o aluno?

b) Como essas ações reverberaram no comportamento e aprendizado do aluno?

8. Formação e Capacitação de Profissionais:

a) Quais ações de formação continuada foram realizadas para os professores?

b) Quais necessidades de capacitação foram identificadas?

9. Sugestões e Recomendações:

a) Quais ações adicionais podem fortalecer a inclusão e o aprendizado do aluno?

10. Sugestões para a melhoria do Atendimento Educacional Especializado.

11. Observações adicionais sobre o aluno ou sobre o processo de inclusão:

Assinaturas:

Professor Responsável pelo AEE _____ Coordenador do Curso _____

Responsável pelo NAPNE _____ Responsável Legal (se necessário) _____

Data do Próximo Relatório: ____ / ____ / ____

Este modelo de relatório visa fornecer uma visão holística do atendimento educacional especializado, promovendo o diálogo entre todas as partes envolvidas e garantindo uma avaliação contínua e colaborativa.

O trabalho colaborativo: O trabalho colaborativo, conforme definido por Mascaro e Redig (2021), envolve a integração dos professores do ensino regular e da educação especial no planejamento, execução e avaliação das atividades pedagógicas para toda a turma. No entanto, é importante distinguir essa abordagem de simples atividades em que os alunos colaboram entre si, desenvolvendo habilidades sociais sem necessariamente haver uma colaboração sistemática entre os professores. O ensino colaborativo não apenas se revela como uma estratégia eficaz, mas também é fundamental para uma educação inclusiva de qualidade. A integração entre professores da sala de aula regular e especializados cria um ambiente onde cada aluno é valorizado, respeitado e apoiado em seu processo de aprendizagem. Esta colaboração não só impulsiona o sucesso acadêmico, mas também contribui para a formação de indivíduos mais conscientes, empáticos e preparados para os desafios da sociedade diversificada. Portanto, é crucial que as instituições educacionais invistam na promoção e no fortalecimento do ensino colaborativo, visando uma educação mais inclusiva e equitativa para todos. Além disso, sugere-se a realização de pesquisas de ação para verificar empiricamente os benefícios dessa abordagem colaborativa (Dantas, Silva Junior, Diniz, 2023).

Formulário de Relatório produzido por:

Regina Maria da Silva - Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades - PPGEH - Ifes
resilvama3@gmail.com | lattes.cnpq.br/0671379235947698 | Orcid: 0009-0006-9846-0903

Prof. Drº Robson Malacarne - Docente/Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades - PPGEH - Ifes robson.malacarne@ifes.edu.br | lattes.cnpq.br/1165244321236233 | Orcid: 0000-0002-6085-7853

Validação do nosso Produto Educacional

A validação do nosso Produto Educacional foi encaminhada via e-mail, endereçada à Equipe Napne do Ifes Campus Piúma. A avaliação foi realizada por dois profissionais: um pedagogo (Mestre) e uma técnica-administrativa (Especialista), ambos com experiência em Atendimento Educacional Especializado nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio na Rede de Educação Profissional e Tecnológica, de nível médio.

Esses profissionais puderam optar por responder ou não ao instrumento de validação do Produto Educacional. O material educativo foi elaborado segundo as orientações de Kaplún (2002), e pressupõe experiência e aprendizagem em termos de conteúdo e metodologia, além de sua forma de apresentação. Foi dividido em três eixos conceituais: criação do material educativo, análise dos destinatários da mensagem para promover compreensão e transmissão de conhecimentos, possibilitando a produção de novos conhecimentos e reflexões sobre possibilidades inéditas.

A validação do Produto Educativo foi realizada a partir de três critérios de avaliação: "atende", "não atende" e "atende parcialmente". O instrumento de validação inclui uma breve caracterização para que os participantes possam opinar sobre diagramação, conteúdo e prática pedagógica do produto. A avaliação traz uma escala com afirmativas, variando de 1 a 5 (de "concordo totalmente" até "discordo totalmente").

ANEXO 2

Avaliação do Produto Educacional

Prezado (a) avaliador (a)

Esta é a validação do Produto Educacional, o qual foi elaborado segundo as orientações de Kaplún (2002).

Trata-se da validação de um material educativo em que se pressupõe experiência e aprendizagem (conteúdo e metodologia) na seguinte forma de apresentação: o **eixo conceitual**, que envolve a criação do material educativo; o **eixo pedagógico**, analisando os destinatários da mensagem e propondo caminhos para sua compreensão; e o **eixo comunicacional**, que além de transmitir conhecimento existente, possibilita produzir algo e/ou repensar possibilidades inéditas. Ao término desta avaliação, caso queira, deixe aqui seus comentários aos itens que foram avaliados de acordo com os descritores: atende, não atende ou atende parcialmente.

Agradecemos pela colaboração!

Validação do Produto Educacional

Proposta didática apresentada no material educativo

1 A diagramação do e-book está visualmente agradável (o tamanho da letra e as cores)?	<input type="checkbox"/> Atende <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Atende parcialmente
2 São identificáveis as temáticas do contexto histórico e a importância no Atendimento Educacional Especializado?	<input type="checkbox"/> Atende <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Atende parcialmente
3 Você se identificou com a linguagem do livro na sua atuação no acompanhamento de alunos?	<input type="checkbox"/> Atende <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Atende parcialmente
4 A história do livro foi interessante para você?	<input type="checkbox"/> Atende <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Atende parcialmente
5 A história trouxe novos conhecimentos para você?	<input type="checkbox"/> Atende <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Atende parcialmente

Caso queira, deixe aqui sugestões e/ou comentários:



**INSTITUTO
FEDERAL**
Espírito Santo

Campus
Vitória



PPGEH

Programa de Pós-Graduação
em Ensino de Humanidades
Instituto Federal do Espírito Santo